O megafone das lutas populares: a história da mídia alternativa no Brasil[1][2]

Alexandre Haubrich[3]

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS

Resumo: Através de revisão bibliográfica crítica, o presente artigo apresenta um resumo histórico da trajetória dos meios de comunicação alternativos no Brasil. Recuperando a história desse segmento midiático desde o século XIX, destaca a vinculação das mídias alternativas com as lutas populares desenvolvidas no país em cada período, em um sentido de construção cidadã, apresentando características dessas mídias em cada momento e apontando aspectos que permaneceram como constituintes dos meios alternativos ao longo do tempo.

Palavras-chave: mídia alternativa; história da mídia; comunicação cidadã.

Introdução

Neste artigo, tratamos de aspectos referentes à trajetória de constituição das mídias alternativas no Brasil, trajetória esta marcada pela luta por transformações e pela vinculação com os setores sociais historicamente oprimidos. Passamos pelo surgimento da mídia alternativa vinculada às lutas do povo negro, pela ascensão da imprensa operária e pelo enfrentamento discursivo à Ditadura Civil-Militar, chegando ao contexto atual, de avanço da internet e de intensificação dos processos de midiatização digital.

Compreendermos a história da mídia é fundamental para entendermos a história de determinada sociedade. A questão da comunicação é central na formação e dinâmica de funcionamento de uma estrutura social. A forma como a mídia se organiza, se constitui e atua, além de expressar o que as mais profundas estruturas sociais contêm, reforça – ou transforma – essa estrutura. Grinberg (1987) destaca a relação entre o que chama de "prática comunicativo-informativa" e as raízes de determinada sociedade que a mantém em pé. Como observa o autor, essa prática não é apenas um fenômeno superestrutural, mas a "expressão de um modo de produção e de sua interação com o sistema político, do próprio caráter do Estado e de sua particular articulação com a

---

[1] Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XVII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

[2] Este artigo é derivado da Dissertação de Mestrado do autor, defendida em 15 de fevereiro de 2016 na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), em São Leopoldo/RS.

[3] Estudante de Doutorado no Programa de Pós-Gradução em Comunicação e Informação da UFRGS. Email: alexandre.haubrich@gmail.com.

sociedade civil" (p. 17). Concordamos com Grinberg quando caracteriza a estrutura de propriedade da mídia de massa como "um espelho no qual podemos mirar-nos" (p. 17), e é dessa perspectiva que devemos pensar a trajetória midiática brasileira para situar contextualmente o que nos trouxe até onde estamos.

É importante, a titulo de contextualização, indicar que há três características que constituem a base sobre a qual se forma o contexto midiático brasileiro atual: uma história marcada pela supremacia do discurso das elites nos espaços midiáticos; uma crescente concentração da propriedade desses veículos e uma constante rebeldia das classes populares[4] e de seus apoiadores através da mídia alternativa e popular.

O sistema midiático brasileiro é hoje marcado por forte concentração, com pouco espaço para a pluralidade de vozes, embora a internet abra novas perspectivas de expressão individual e coletiva. Lima (2004) cita estimativa do ano de 1995 que indicava que cerca de 90% da mídia brasileira era controlada por 15 grupos familiares, e afirma que, enquanto escrevia (a primeira edição de sua obra é de 2001), já eram apenas 13 famílias: Marinho (Globo), Saad (Bandeirantes), Abravanel (SBT), Sirotsky (Grupo RBS), Daou (TV Amazonas), Jereissati (TV Verdes Mares), Zahran (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), Câmara (TV Anhanguera), Civita (Abril), Mesquita (Grupo Estado), Frias (Grupo Folha), Nascimento Brito (Jornal do Brasil) e Levy (Gazeta Mercantil).

No Brasil, as origens desse sistema e da inserção crescente das mídias nessas relações de poder remontam ainda ao início do século XIX.

A imprensa brasileira teve início, oficialmente, com o lançamento do jornal *Correio Braziliense*, em 1808, por Hipólito da Costa. Era o ano da transferência da Corte de Portugal para o Brasil, início de superação de um período em que Portugal procurava isolar o Brasil do restante do mundo para mais facilmente manter seu domínio político, territorial e comercial. O *Correio Braziliense* era editado e distribuído a partir de Londres, com o objetivo de burlar o forte controle governamental. Primeiro jornal de fato editado no Brasil, a *Gazeta do Rio de Janeiro* também foi lançada em 1808, mas trazia apenas decretos da Corte e a cobertura das atividades da família real. Nesse bojo, nascem dezenas de jornais com o objetivo de fortalecer o discurso oficial

[4] Entendemos aqui a ideia de classes populares com base em Freire (1967), que apresenta esse conceito como sinônimo de "classes dominadas" ou "oprimidas", para referir-se aos grupos sociais historicamente oprimidos, em oposição às "classes dominantes", às elites. O conceito refere-se tanto aos grupos sociais urbanos quanto aos rurais, estejam organizados entre si ou (ainda) não, cujo potencial de luta aparece como possível transformador da sociedade.

português (Görgen, 2009). A tardia chegada da imprensa ao Brasil acontecia já profundamente submetida aos interesses dominantes. Buoro (2010) destaca que, entre 1820 e 1822, surgem novos jornais defendendo a permanência ou não da família real portuguesa no Brasil. É em torno desse tema que se constituem e se posicionam politicamente. Rizzotto (2012) explica que o movimento pela Independência, em 1820, ajudou a fortalecer a imprensa emergente, e em 1821 começa a circular o *Diário do Rio de Janeiro*, considerado por ela o primeiro jornal informativo do Brasil, embora não se distanciasse profundamente do modelo anterior (p. 115). Naquele momento, a alta sociedade defendia a liberdade de imprensa com um sentido anticolonial, de avanço da leitura e escrita no país, contra um forte controle estatal por parte da Corte Portuguesa.

Paralelo ao processo de constituição da grande mídia, sempre vinculada às elites, corria no Brasil a luta por uma outra mídia, vinculada às classes populares e às lutas por cidadania.

História da mídia alternativa no Brasil

De acordo com Gianotti (2007), citado por Cunha (2013), o primeiro jornal operário brasileiro circulou em 1858: o *Jornal dos Tipógrafos*. Dessa data até 1930, Gianotti cataloga cerca de 500 publicações operárias.

> Podemos dizer que a imprensa anarquista desse período cumpriu o papel de uma imprensa política. Uma imprensa ideológica alternativa. Uma imprensa que se colocava contrária à visão dominante da burguesia liberal da época. Como não havia partidos políticos de esquerda até 1922, quando nasce o Partido Comunista, era essa imprensa operária anarquista que exercia o papel de imprensa política alternativa. (GIANNOTTI, 2007, p. 79, *citado por* CUNHA, 2013, p. 37).

Ainda antes disso, porém, já existia no Brasil uma imprensa clandestina voltada à luta pela abolição da escravatura e, depois, pelos direitos dos escravos libertos. Carvalho (2009) aponta que o primeiro jornal desse tipo foi *O Homem de Côr*, liderado por Francisco Paula Brito, cujo primeiro número circulou no dia 14 de setembro de 1833, ainda em um contexto de luta pela abolição da escravatura, que viria a concretizar-se apenas no final do século. Ainda antes, em 1798, durante a Revolta dos Búzios, em Salvador, negros e pobres utilizaram manifestos colados em paredes da cidade, o que Carvalho caracteriza ser “algo como um jornal mural” (p. 72). Ainda em 1833, quando foi lançado *O Homem de Côr*, nasceram no Rio de Janeiro outros seis

jornais do povo negro. A linha editorial era coesa: o protesto contra quem não respeita os direitos dos libertos e a luta contra a escravidão: "as expectativas de seus redatores eram de mobilização da população negra e da esperança de tempos de mudança, com o anseio por ações efetivas e o respeito aos direitos básicos do negro como cidadão brasileiro" (CARVALHO, 2009, p. 72).

A imprensa operária é, desde a segunda metade do século XIX, um importante espaço de expressão das ideias das classes populares. Vinculadas predominantemente, de acordo com o momento histórico, a sindicatos, partidos ou grupos políticos, essas mídias sempre mantiveram, conforme destaca Ferreira (1988), algumas características centrais:

> O veículo de comunicação da classe trabalhadora – quer seja representante de sindicato ou de partido – não tem proprietário, e sua mensagem não é uma mercadoria a ser consumida; seu conteúdo é resultado do conjunto de informações, preocupações, propostas etc. produzido pela coletividade e para ela mesma. O jornal é um instrumento de informação, conscientização e mobilização; o receptor não é um elemento passivo, mas alguém que tem interesses comuns e participa da mesma forma de organização. (FERREIRA, 1988, p.6).

A mesma autora propõe a divisão da história da imprensa operária nos séculos XIX e XX em três grandes etapas: a primeira encontra essa mídia em formação e fortemente vinculada ao anarcossindicalismo (vertente do sindicalismo ligada aos movimentos anarquistas); a segunda, denominada por Ferreira (1988) de "sindical-partidária" (p. 7), vai de 1922 (com a criação do Partido Comunista Brasileiro) até o golpe de 1964, e tem a imprensa operária ligada ao PCB e influenciada pelo governo Getúlio Vargas e suas tentativas de controlar os sindicatos; por fim, a terceira etapa abarca a emergência de uma mídia propriamente sindical, com as entidades sindicais em reorganização durante a Ditadura Civil-Militar e com o início da chamada "abertura". Essa distinção entre etapas da imprensa sindical percebe essas mídias em seus contextos específicos, fundamentalmente conectadas com a situação conjuntural da própria organização mais geral dos trabalhadores do Brasil.

Um dos primeiros jornais operários de maior destaque foi *A Plebe*, de orientação anarquista, lançado em 1917, no auge das manifestações que levaram a uma greve geral naquele ano. *A Plebe* era um jornal semanal, que sofreu constantes ataques do Estado. De acordo com Gonçalves (2007), a polícia quebrava as máquinas e estragava o material utilizado na confecção do jornal. Com as constantes perseguições, já em 1918

A Plebe deixou de circular, voltando às ruas em 1919, agora com circulação diária. O jornal durou até 1927, sendo um dos marcos da imprensa anarco-operária brasileira, mais forte espaço da mídia alternativa daquele período. Esses jornais tinham por objetivo divulgar as ideias anarquistas, tornando-se "porta-vozes das reivindicações e pensamento do operariado, combater aos projetos da burguesia e formar o proletariado" (GONÇALVES, 2007, p. 75).

Ainda antes do jornal *A Plebe*, outros meios de comunicação impressos produzidos pelos trabalhadores circulavam no país. Ferreira (1988) cataloga, entre o último quarto do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, 343 jornais operários espalhados pelo Brasil, a maioria deles concentrados nos estados de São Paulo (149) e Rio de Janeiro (100), onde a industrialização já estava mais avançada e a classe trabalhadora mais organizada. Eles se constituem no "principal instrumento de organização e politização utilizado pelos militantes anarquistas" (FERREIRA, 1988, p. 12). Conforme a autora, algumas características se destacavam nessas publicações: a diagramação preocupava-se em ocupar todos os espaços; as notícias eram tratadas de forma processual, com forte recuperação dos fatos; muitas conferências eram reproduzidas na íntegra; manifestos e convocações para assembleias apareciam de forma recorrente. O formato, o número de páginas e a periocidade variavam de acordo com as necessidades do momento de luta, e não havia publicidade. Além disso, não existia a figura do jornalista profissional, sendo os próprios operários/militantes os responsáveis pelos jornais: "ao invés de o jornal procurar a notícia, essa é que procurava o jornal, numa autêntica forma de comunicação participativa, verdadeira integração entre o emissor e o receptor, entre o jornal e o leitor" (FERREIRA, 1988, p. 22).

Aos poucos, o anarquismo perdeu força entre a classe operária brasileira, cedendo espaço às ideias comunistas. A imprensa operária estava inserida nessa transformação e, da mesma forma, os jornais anarquistas começaram a perder terreno para os jornais comunistas, especialmente após a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1922. Conforme relata Tavares (2010), o partido começou a fazer comunicação através de jornais sindicais, panfletos e alianças com jornais de caráter mais progressista. Em 1925, foi fundado o jornal de maior longevidade do PCB, chamado *A Classe Operária* que, entre mortes e renascimentos, ainda segue em circulação, agora vinculado a uma dissidência do PCB, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Datam também da década de 20 do século XX outros meios de comunicação

do PCB, como as revistas *Movimento Comunista* e *Revista Proletária* e o jornal *A Nação*, sendo que este foi cedido ao partido pelo empresário Leônidas de Resende, tornando-se o primeiro grande meio de comunicação do PCB (FERREIRA, 1988, p. 32). Porém, o mais importante jornal do PCB nasceria apenas em 22 de maio de 1945, seis meses antes do fim do Estado Novo: o *Tribuna Popular*, que chegou a ter 50 mil exemplares vendidos diariamente (BUONICORE, 2004).

Assim como na imprensa anarcossindicalista, também orientada por ideias comunistas a imprensa operária mantém operários com as funções que mais tarde viriam a ser assumidas por jornalistas profissionais. Com o PCB à frente, a função desses meios de comunicação era clara: "(...) se o partido é a direção do proletariado, o jornal é o seu instrumento privilegiado de propaganda e conscientização" (FERREIRA, 1988, p. 32).

Apesar da censura e de o partido estar na ilegalidade desde 1935, o que o levara a certa desarticulação, durante o Estado Novo o Partido Comunista viu suas publicações se fortalecerem:

> O Partido Comunista construiu uma ampla rede de informação que abarcava oito diários nos principais estados brasileiros (...). Criou até uma agência de notícias própria, a Interpress; através da qual realizava a distribuição das informações para publicações do partido em todo território nacional e alimentava pequenos jornais do interior que não eram ligados ao Partido Comunista. (BUONICORE, 2004, p. s/n).

O principal momento da imprensa comunista brasileira, porém, se dá entre a redemocratização de 1945 e o golpe de 1964, em um contexto de ascensão das massas e dos movimentos populares e sindicais no Brasil, com o auge no governo de João Goulart (1961 – 1964). Com a cisão do partido, no início da década de 1960, os meios de comunicação do PCB começaram a perder força. Ao mesmo tempo, surgia um novo contexto político no Brasil, que influenciaria fortemente o sistema midiático brasileiro e sua relação com a sociedade. Avizinhava-se o golpe de 1964.

A Ditadura Civil-Militar imposta a partir de 1964 colocou o PCB na clandestinidade, enfraquecendo, por óbvio, também a imprensa então vinculada ao Partido. A mídia de luta no país viveu momentos de perseguição intensa e esvaziamento. Apenas entre o fim dos anos 1960 e o início da década de 1970 a mídia alternativa começou a renascer, agora menos vinculada diretamente a organizações e geralmente conduzida por jornalistas combativos que já não tinham espaço nos grandes meios de comunicação (MOTTA, 1987).

Festa (1986) afirma que, naqueles anos, "muito se dizia e pouco se comunicava" no país, e que, dessa forma, a "verdadeira tarefa de comunicar e relacionar os acontecimentos" cabia à mídia alternativa e popular (p. 16). A autora identifica três fases distintas na mídia alternativa daquele período que correspondem, também, a três fases da Ditadura e da organização social em seu entorno:

> A primeira fase, que corresponde ao período de 68 a 78 – entre o AI-5 e a abertura política – caracteriza-se por uma comunicação de resistência, denúncia e acumulação de forças por parte das oposições; a segunda fase, de 78 a 82, período de explosão social, eleições nacionais, abrandamento das restrições políticas, caracteriza-se por projetos políticos mais definidos e pela existência de uma comunicação popular, multiplicadora de meios nas bases e pelo quase desaparecimento da comunicação alternativa; e o terceiro período, de 82 a 83, caracteriza-se por uma atomização do processo de comunicação popular e alternativa na mesma medida que reflete a incapacidade das forças de oposição para articularem uma alternativa política à crise atual vivida pela sociedade brasileira. (FESTA, 1986, p. 10).

Já em relação à imprensa operária o que vemos, conforme Ferreira (1988), é a emergência de uma terceira fase de sua história no Brasil (depois de sua vinculação ao anarcossindicalismo e, em seguida, ao PCB). Assim como acontece com a organização sindical em geral, há um esvaziamento do caráter contestador da imprensa operária, que "passa também a atuar no sentido de desmobilização, assistencialismo e colaboracionismo. (...) Ocorre, então, uma desarticulação dos setores mais combativos da imprensa operária" (FERREIRA, 1988, p. 49). Muitos jornais deixam de circular, há redução da tiragem e maior espaçamento da periodicidade, fatores combinados com conteúdos bastante específicos, que deixam de discutir as lutas mais amplas da classe trabalhadora, despolitizando-se.

Após esse período de enfraquecimento, é na década de 1970, com a retomada dos movimentos populares, que o sindicalismo também volta a ganhar força e, com ele, sua imprensa. Esse processo consolida-se no início da década de 1980. É uma etapa em que aparecem os jornalistas profissionais contratados pelos sindicatos, e uma mídia sindical propriamente dita (não anarcossindicalista nem sindical-partidária) aparece. Acontecem também mudanças no conteúdo, através das quais a imprensa sindical passa a reproduzir mais fielmente os interesses da diretoria da ocasião, e não necessariamente da categoria como um todo.

Para além da imprensa operária, Pereira (1986) argumenta que a imprensa alternativa da época da Ditadura foi além do tipo de crítica feito pela mídia dominante.

Enquanto esta em alguns momentos atacou a censura, a tortura e as perseguições políticas, aquela propôs a discussão de um modelo de país, com críticas ao caráter antinacional e elitista da política e da economia do período. Jornais como *O Pasquim*, *Opinião*, *Bondinho* e *EX* compuseram uma imprensa alternativa cuja linha política e editorial variava, mas que se colocava sempre na luta contra a Ditadura e sempre pela esquerda. Embora não sejam jornais necessariamente orgânicos às classes populares, esses e outros meios de comunicação se caracterizam como mídia alternativa na medida em que se vinculam a essas classes e propõem a construção de discursos de caráter contestador e transformador. Festa (1986) explica que também a forma de organização interna era distinta da mídia tradicional: "Essa corrente, a mais preocupada com os aspectos formais da imprensa de caráter popular, introduz a democracia na redação, uma nova linguagem, outra forma e uma temática ousada de denúncia e desmistificação e novas propostas" (p. 16).

No Rio Grande do Sul, Dornelles (2005) registra o nascimento do primeiro jornal de bairro em 1954: o *SABIdo*, da zona sul de Porto Alegre, pertencente à Sociedade Amigos dos Balneários de Ipanema (Sabi), circulou até 1958, com mais de 40 edições lançadas. O *SABIdo*, assim como o Colmeia (que nasce em 1967, também na Zona Sul de Porto Alegre, e perece um ano depois, com o acirramento da censura) trazia, como relata Dornelles (2005), notícias locais, tendo se transformado em um espaço de reivindicação dos moradores.

É apenas entre o final da década de 1960 e o início da década de 1970 que ascende em Porto Alegre uma mídia alternativa verdadeiramente encorpada e com a defesa de projetos de país distintos do hegemônico. Strelow (2008) relaciona 15 jornais alternativos surgidos na capital do Rio Grande do Sul entre 1964 (data referenciada por marcar o golpe civil-militar que implantou a Ditadura no Brasil) e 1980. O primeiro deles foi o *Exemplar*, lançado em 1967. Ele nasce como veículo do Centro dos Professores Gaúchos, mas acaba abordando pautas variadas e se consolidando como um veículo dedicado à contracultura. No mesmo ano surge *O Protesto*, vinculado ao movimento anarquista. Quatro anos depois, nasce o *Pato Macho*, de cunho mais humorístico – mas nem por isso menos político –, tendo como um de seus idealizadores o escritor Luis Fernando Veríssimo.

Já em 1974, foi iniciada em Porto Alegre uma experiência que serviria como referência nacional em se tratando de mídia alternativa: o *Coojornal*, uma cooperativa

formada por jornalistas que, em uma estrutura horizontalizada e com eleições para os cargos de direção, produzia boletins sob encomenda, mas, ao mesmo tempo, um jornal próprio, além de atuar como agência de notícias que ia além do que a mídia dominante produzia, desafiando, muitas vezes, os ditames da Ditadura. O *Coojornal* circulou por oito anos, mas foi alvo de diversos ataques do governo e de grupos paramilitares – inclusive com colocação de bombas em bancas que comercializavam o jornal – e acabou encerrando as atividades.

Entre 1974 e 1976, foram lançados ainda o *Risco*, o *Semanário de Informação Política* (em Ijuí, no interior do estado), o *Comunicação*, o *Informação*, o *Peleia*, o *Paralelo*, o *Lampião*, o *Lado Inverso* e o *Tchê*. Em 1980, é lançado em Porto Alegre o *Correio da Mulher*, focado na luta por igualdade de gênero. Dois anos depois, surge o *Denúncia*, com circulação nacional, tendo chegado a atingir 41 municípios de cinco estados. Todos esses jornais tiveram vida curta.

Em todo o país, a partir do final dos anos 70, com o início da abertura política, há um processo de reorganização de toda a sociedade, especialmente dos setores mais envolvidos politicamente, e isso inclui as mídias – e, mais especificamente, as mídias alternativas. Para Pereira (1986), nesse momento a oposição se fortalece, mas a esquerda acaba atropelada e absorvida pelo centro. Inclusive os veículos da imprensa alternativa e popular ligada aos movimentos sociais, que "começam a ser reabsorvidos pela imprensa burguesa livre de censura e um pouco mais ousada" (p. 63). Concessões são feitas pela Ditadura à grande mídia, e esta também passa a tratar o governo de forma mais amistosa.

Com a crise da imprensa alternativa ocasionada por forte perseguição política oficial e não-oficial (a censura e a prisão de jornalistas, por um lado, e o incêndio criminoso de bancas que comercializavam esses veículos, por outro, são exemplos dessas perseguições) e por esse momento de reacomodação, as mídias alternativas se reinventam mais uma vez, no bojo do crescimento dos movimentos populares de base, enraizados nas comunidades ou em pequenos grupos sociais. Assim, os jornalistas alternativos "tomam como modelo o padrão da Imprensa Alternativa e modificam-no através de propostas de comunicação direta entre jornalistas e público. Criam jornais em que as bases populares são ao mesmo tempo o sujeito da comunicação e seu próprio agente" (KUCINSKI, 1991, p. 94). É o caso do *Movimento*, do *Brasil Mulher*, e do *De Fato*, por exemplo. Também a mídia sindical se fortalece, com veículos como o *ABCD*

Jornal, circulando na região do "ABCD Paulista" (Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema). Há uma mudança de lugar social, na qual a atividade jornalística alternativa passa a atuar mais próxima aos sindicatos e organizações.

De certa forma, é uma retomada parcial do modelo predominante antes do golpe de 1964, quando parte significativa das mídias alternativas estava vinculada ao movimento sindical, agora com o acréscimo das experiências – especialmente de linguagem – dos jornais alternativos que se destacaram no início da década de 1970. Ao mesmo tempo, os partidos passam a se organizar no setor da comunicação, lançam jornais próprios, deixam de apoiar a mídia alternativa em seu formato anterior e, para Kucinski (1991), passam a estar "disputando o espaço público nas bancas, comprimindo também dessa forma o espaço dos jornais alternativos" (p. 123).

Em 1979, a Anistia traz de volta para o Brasil importantes e históricos militantes políticos de esquerda, com o que se fortalecem ou refortalecem correntes políticas desse campo e, ao mesmo tempo, seus veículos de comunicação. Começam a nascer ou a ampliar-se jornais de sindicatos, de grupos políticos e de partidos, como *Voz da Unidade*, *Tribuna da Luta Operária*, *Hora do Povo*, *Trabalho*, *Alicerce*, *Em Tempo*, *Companheiro*, entre outros. Um dos últimos e mais interessantes veículos dessa safra é o *Jornal dos Trabalhadores*, do Partido dos Trabalhadores (PT), único entre os jornais de partidos políticos legais que teve circulação nacional. As mídias alternativas concluíam um processo de mudança de lugar social, já que cada vez havia menos Ditadura para combater, ao mesmo tempo em que os problemas sociais brasileiros continuavam iguais ou piores.

Mesmo que nesse período final da Ditadura as mídias alternativas tenham tido certo crescimento, Pereira (1986) adverte que o crescimento da mídia dominante foi ainda maior, fazendo aumentar sua predominância. Para ele, isso demonstra que "o abrandamento da ditadura militar e o restabelecimento parcial das liberdades democráticas burguesas não significa, automaticamente, um avanço das ideias populares em relação às da burguesia" (p. 73).

Ao analisar os desdobramentos midiáticos a partir daí, Festa (1986) vincula os diferentes tipos de comunicação a esferas sociais e seus respectivos caminhos de desenvolvimento, em um processo que, em nossa análise, continua em desdobramento ainda hoje. Para ela, no Brasil,

> (...) o desenvolvimento da comunicação de massa se deu na mesma dimensão da internacionalização do capital; o da comunicação alternativa, de acordo com a capacidade de articulação das forças de oposição em torno de projetos históricos de caráter nacional; e o da comunicação popular, segundo a capacidade de organização dos movimentos sociais de base. (FESTA, 1986, p. 10).

É sob essa perspectiva que se desdobram os acontecimentos em torno das mídias após o fim da Ditadura. Na década de 1990, como observa Cogo (2005), a mídia comunitária assume centralidade no cenário alternativo. O processo de ascensão das rádios comunitárias, porém, vinha desde os anos 1980. Peruzzo (2010) lembra que há registros de rádios comunitárias já nos anos 1950, mas seu surgimento mais consistente como rádios FM se dá nos anos 1970 e 1980, ainda sem amparo legal. As rádios comunitárias nascem através de meros megafones, passando aos alto-falantes, depois às rádios livres (sem amparo legal) e, finalmente, às FM, prática institucionalizada e legalizada apenas em 1998.

O início desse tipo de atividade radiofônica se deu justamente na busca por construir alternativas democráticas durante a Ditadura, em geral vinculadas aos movimentos sociais, organizações comunitárias e setores progressistas da Igreja Católica. Ainda de acordo com Peruzzo (2010), no final dos anos 1990 chegaram a existir cerca de 20 mil emissoras, sendo que atualmente essa estimativa gira em torno de 15 mil. A perseguição política a essas iniciativas é constante e configura-se na principal razão dos fechamentos. Como no espectro não comunitário, também no que se refere a esse tipo de emissora a distribuição das outorgas e a consequente legalização é privilégio de poucos, e o apadrinhamento político é uma realidade constante, segundo narra Peruzzo (2005 e 2010).

São as emissoras comerciais, destaca Peruzzo (2005), que, em geral, desencadeiam as perseguições às rádios comunitárias através de denúncias à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), já que “não querem dividir o poder da palavra” (p. 2). Ainda assim, muitas rádios resistem e operam mesmo sem autorização, participando da construção de cidadania nas comunidades onde atuam. Além das mensagens transmitidas, as rádios comunitárias que de fato operam como tais (quer dizer, desconsiderando as emissoras que se utilizam de um caráter pretensamente comunitário para atuar como rádios comerciais) contribuem para a cidadania também nos processos de produção dos conteúdos, muitas vezes fortemente vinculados à participação da comunidade. Enfim, uma rádio comunitária que atua como tal

> (...) contribui para o exercício da cidadania ao representar um canal para o exercício da liberdade de expressão, por meio do qual as pessoas podem se expressar, independente de convicções políticas, credos religiosos, escolaridade, qualidade de voz, gênero etc. (...). Ao se envolver na dinâmica radiofônica a pessoa se desenvolve, aprende a falar em público, a externar conhecimentos, dons e criações artísticas, a compreender melhor o jogo de interesses internos e externos a que a mídia está sujeita, bem como a reconhecer a realidade que a cerca e se interessar em contribuir para mudanças. (PERUZZO, 2005, p. 8).

Embora essas emissoras possuam grande importância para a formação da cidadania – ou talvez por isso mesmo – as perseguições às rádios comunitárias continuam até hoje. Seus "primos" impressos, também os jornais locais sofrem com a concorrência comercial com os grandes jornais monopolistas e, assim, enfrentam dificuldades para se manter ativos.

A partir do início dos anos 2000, as mídias alternativas passam por fortes processos de transformação, especialmente com a internet. Pensando a questão editorial, multiplicaram-se blogs de centro-esquerda logo do surgimento dos blogs políticos no país, com uma ascensão de blogueiros vinculados ao Partido dos Trabalhadores, que acabaram se consolidando como "blogueiros progressistas". Uma década depois, nas mobilizações que ficaram conhecidas como "Jornadas de Junho", consolidaram-se também mídias alternativas que operam apenas através de redes sociais digitais, como o Facebook e o Twitter (a *Mídia Ninja* talvez seja o grande exemplo desse processo). A internet vai remoldando as práticas comunicativas alternativas.

Em meio a uma conjuntura de avanço contínuo e consistente da internet no país – divulgada no final de abril de 2015, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)[5], com dados referentes a 2013, apontou que 49,4% da população brasileira, totalizando 85,6 milhões de pessoas, acessaram a internet em 2013 –, as tradicionais empresas de comunicação avançam sobre a internet e, ao mesmo tempo, criam-se diversas redes de blogueiros e de ativistas das mais diversas áreas – inclusive da comunicação, é claro – atuando na internet como comunicadores alternativos, seja através de websites, blogs, páginas e perfis em plataformas de redes sociais digitais ou mesmo através de simples articulações online entre indivíduos com interesse em difundir conteúdo informativo. Nesse sentido, Crovi Druetta (2009) destaca que a internet é capaz de exercer duas funções: "ser um canal de distribuição para os meios

[5] Disponível em www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/acessoainternet2013/default.shtm. Acesso em 10 de julho de 2017.

tradicionais (às vezes generalistas) e proporcionar um espaço de expressão para emissores emergentes de diversas índoles (temático ou de outra ordem)" (p. 45). Quer dizer, a chegada e a crescente popularização da internet no Brasil alteraram e seguem alterando o cenário midiático do país. Embora os velhos conglomerados de comunicação sigam dominantes, a dinâmica da internet abre novas perspectivas para a mídia alternativa e para a comunicação como expressão horizontalizada.

Porém, a mídia alternativa contemporânea não se mantém restrita aos espaços digitais. Haubrich (2016), ao mapear a mídia alternativa de Porto Alegre, chega a 71 meios de comunicação que poderiam ser considerados com essa caracterização. Na pesquisa, foram encontrados 26 jornais de bairro, onze rádios comunitárias, 17 blogs e sites, quatro jornais impressos, uma revista, uma emissora de televisão comunitária, uma agência de notícias, quatro rádios web, uma TV web e cinco páginas no Facebook.

Há, nesse grupo, grande variedade de temas, formas de abordagem, linhas editoriais e formatos. Há meios voltados à produção de reportagens e há outros focados em opinião. Há plataformas variadas e, na internet, há os que trabalham com textos, fotos, vídeos, áudios. Há vinculações com partidos políticos, com movimentos populares ou com nenhum deles. Enfim, a variedade parece ser uma característica importante entre as mídias alternativas contemporâneas, que seguem vinculadas às lutas populares e à construção de cidadania.

Considerações finais

Ao longo da narrativa sobre essa trajetória da mídia alternativa no Brasil, o que se pode perceber é a estreita vinculação entre as formas de ação da mídia alternativa e o contexto social, especialmente no que se refere às lutas construídas pelos movimentos populares. Ao mesmo tempo, também as transformações tecnológicas conduzem modificações importantes nos formatos e linguagens das mídias alternativas.

Os meios de comunicação alternativos, portanto, influenciam e são influenciados de forma substantiva pelo ambiente em que atuam, de maneira que contextos mais progressistas, democráticos e que têm como marca o crescimento da capacidade de mobilização dos movimentos populares podem criar conjunturas favoráveis ao fortalecimento de uma comunicação democrática, plural e popular.

Referências

BUONICORE, Augusto. Comunistas, Cultura e Intelectuais entre os anos de 1940 e 1950. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 32, janeiro 2004. Maringá. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/032/32cbuonicore.htm>. Acesso em: 15 de junho de 2017.

BUORO, Cibele Maria. O jornalismo político no Brasil: sua trajetória. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social – Universidade Metodista de São Paulo), São Bernardo do Campo, 2010. Disponível em <www.radarciencia.org/Record/oai-ibict-metodista-br-836/Details>. Acesso em: 2 de julho de 2017.

CARVALHO, Gilmar Luiz de. A imprensa negra paulista entre 1915 e 1937: características, mudanças e permanências. Dissertação (Mestrado em História Econômica – Universidade de São Paulo), São Paulo, 2009. Disponível em <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-05022010-145521/pt-br.php>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

COGO, Denise. Mídias comunitárias: outros cenários e cidadanias. Rio de Janeiro: Ibase, 2005. Disponível em <www.passeidireto.com/arquivo/1114283/midias-comunitarias---outros-cenarios-e-cidadanias>. Acesso em: 15 de junho de 2017.

CROVI DRUETTA, Delia. Internet, a aposta na diversidade. In: FRAGOSO, Suely; e MALDONADO, Alberto Efendy (org). **A internet na América Latina**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2009.

CUNHA, Joana Tavares Pinto da. De boletim a jornal sem terra: história, práticas e papel na constituição do MST. Dissertação (Mestrado em Estudo dos Meios e da Produção Mediática – Universidade de São Paulo), São Paulo, 2013. Disponível em <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27153/tde-17112014-095943/pt-br.php>. Acesso em 15 de junho de 2017.

DORNELLES, Beatriz. Os primeiros jornais de bairro comunitários de Porto Alegre. **Revista Famecos**, n. 27, agosto 2005. Porto Alegre. Disponível em <www.revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/3327/2585>. Acesso em: 3 de julho de 2017.

FERREIRA, Maria Nazareth. **Imprensa Operária no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

FESTA, Regina. Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa. In: FESTA, Regina; e LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986.

GONÇALVES, Aracely Mehl Gonçalves. Francisco Ferrer y Guardia: Educação e a imprensa anarco-sindicalistas – "A Plebe" (1917-1919). Dissertação (Mestrado em Educação – Universidade Estadual de Ponta Grossa), Ponta Grossa, 2007. Disponível em <http://www3.uma.pt/liliana/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=321>. Acesso em: 1 de julho de 2017.

GÖRGEN, James. Sistema Central de Mídia: proposta de um modelo sobre os conglomerados de comunicação no Brasil. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Porto Alegre, 2009. Disponível em

<www.donosdamidia.com.br/media/documentos/DissertaSCM_RevFinal.pdf>. Acesso em: 5 de junho de 2017.

GRINBERG, Máximo Simpson. Comunicação alternativa: dimensões, limites, possibilidades. In: GRINBERG, Máximo Simpson (org.). **A Comunicação Alternativa na América Latina**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

HAUBRICH, Alexandre. **Mídias alternativas em Porto Alegre**: processos comunicativos, midiatização digital e cidadania na perspectiva de seus comunicadores. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2016. Disponível em < http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/5226>. Acesso em 2 de julho de 2017.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991.

LIMA. Venício A. de. **Mídia**: teoria e política. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Brasil: Alternativa Popular: Comunicações e Movimentos Sociais. In: GRINBERG, Máximo Simpson (org.). **A Comunicação Alternativa na América Latina**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

PEREIRA, Raimundo. Vive a Imprensa alternativa. Viva a imprensa alternativa!. In: FESTA, Regina; e LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986.

PERUZZO, Cicilia M. K. Rádios comunitárias: entre controvérsias, legalidade e repressão. São Bernardo: Cátedra Unesco-Umesp, 2005. Disponível em <www2.metodista.br/unesco/agora/pmc_forum_iluminando_peruzzo.pdf>. Acesso em: 2 de julho de 2017.

PERUZZO, Cicilia M. K. Rádios Comunitárias no Brasil: da desobediência civil e particularidades às propostas aprovadas na CONFECOM. **XIX Encontro Anual da Compós**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em <www.compos.com.puc-rio.br/media/g6_cicilia_peruzzo.pdf>. Acesso em: 2 de julho de 2017.

RIZZOTTO, Carla Candida. Constituição histórica do poder na mídia no Brasil: o surgimento do quarto poder. **Revista de Estudos da Comunicação**, v. 13, n. 31, p. 111-120. Curitiba, maio / agosto 2012. Disponível em <www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/comunicacao?dd1=7382&dd99=view&dd98=pb>. Acesso em: 2 de julho de 2017.

STRELOW, Aline. Jornalismo alternativo no Rio Grande do Sul. **BOCC. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação**, 2008. Disponível em <www.bocc.ubi.pt/pag/strelow-aline-jornalismo-alternativo.pdf>. Acesso em 3 de julho de 2017.

TAVARES, Rodrigo Rodriguez. Desenhando a Revolução: a luta de imagens na imprensa comunista (1945 – 1964). Tese (Doutorado em História Social – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo), São Paulo, 2010. Disponível em <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-26042010-155526/pt-br.php>. Acesso em: 2 de julho de 2017.